

Mensal | Maio 2017 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 217

XI FESTA DA SOLIDARIEDADE

Diretor Padre Lino Maia
Diretor-Adjunto Padre José Baptista

2 JUNHO 2017
FUNCHAL
JARDIM MUNICIPAL



PERCURSO DA CHAMA DA SOLIDARIEDADE

PORTO SANTO	27 de Maio	30 de Maio	PORTO MONIZ - SÃO VICENTE
MÁCHICO	28 de Maio	31 de Maio	SANTANA - SANTA CRUZ
CÂMARA DE LOBOS - RIBEIRA BRAVA	29 de Maio	1 de Junho	SANTA CRUZ - FUNCHAL
PONTA DO SOL - CALHETA	30 de Maio	2 de Junho	FUNCHAL



COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO

«É o acordo possível dentro do desejável»

Autenticado pelo CTT e circular
em invólucro fechado de plástico.
Autorização DGO/415/2010/4/DCN
Prestado da CDS

PRINCIPAIS INFORMAÇÕES
TAXA PAGA
PONTA DO SOL

José Leirião
Membro da CNIS



O que significam as chamadas “novas economias” e como podem afectar as IPSS

Nos finais dos anos oitenta, começou a instalar-se nos EUA e UK um sistema económico de base monetarista, que se alastrou pelo mundo e que levou ao liberalismo exarcebado, sem regulação, impondo a livre circulação de bens e capitais, e que, após a admissão da China na OMC (organização mundial de comércio em 2001) rapidamente nos conduziu à globalização deixando as pessoas para trás, promovendo a alavancagem financeira selvagem e o aumento das desigualdades, embora, durante alguns anos conduzisse a situações positivas para alguns locais e povos no mundo, através do aumento do investimento e à redução da pobreza e a criação de mais e melhores empregos, principalmente no continente asiático. Este modelo liberal conduziu também a que novas formas de comércio se desenvolvessem apoiadas nas novas tecnologias. Esta desregulação, como sabemos, conduziu à crise financeira em 2007 e que se tornou económica e social à escala global, sentindo-se ainda os seus efeitos.

Faço, em seguida, uma breve reflexão sobre o significado de quatro conceitos de economia que nos estão envolvendo cada vez mais profundamente, afectando o nosso quotidiano e para os quais, penso, devemos responder positivamente, acompanhando e participando no seu desenvolvimento.

Economia circular:

Certamente, já todos conhecemos o seu conceito, modelo operativo e o seu impacto no futuro do planeta e da humanidade, o qual será mais ou menos eficaz, consoante o nosso nível de empenhamento na sua implementação.

A União Europeia publicou, no final de 2015 um plano de acção sobre o tema e, por iniciativa conjunta do Comité Económico e Social Europeu e da Comissão foi organizada, recentemente, nos dias 9 e 10 de Março, uma conferência que teve como objectivo juntar todas as partes interessadas no sentido de assegurar o compromisso de todos, afim de ser conseguida uma verdadeira mudança sistémica e, não somente, um tipo de renovação de imagem. Neste sentido, foi acordada a criação de uma **plataforma**, para dar a conhecer as mudanças ocorridas nas políticas direccionadas para a economia circular e o seu sucesso, dependente também muito, do empenhamento da própria Comissão e dos Estados Membros.

É muito importante que o sector Social Solidário esteja na frente na implementação das mudanças benéficas para o ambiente, e que seja reconhecido não só pelo trabalho social e solidariedade, mas também na adopção de boas práticas e comportamentos amigos do ambiente. Segue um [link](http://ec.europa.eu/environment/circular-economy/index_en.htm) de ligação à Comissão contendo apresentações e programas relacionados.

http://ec.europa.eu/environment/circular-economy/index_en.htm

Economia Colaborativa

Trata-se de um sistema económico que vai conduzir a mudanças, no que se refere à forma como criamos um negócio ou um emprego e que se reflecte na forma democrática como produzimos, consumimos, gerimos e resolvemos os problemas sociais.

A Economia Colaborativa é construída a partir do conceito do “**comportamento para o social e não recíproco**”, o qual ajuda a fortalecer a solidariedade na sociedade civil, impulsiona as economias locais, cria novos empregos, ajusta a sobre-produção, encoraja o consumo racional, reduz a pegada ambiental e promove uma sociedade mais responsável e sustentada. As principais áreas em que este tipo de economia se está desenvolvendo, são:

1) produção e consumo colaborativo 2) financiamento e conhecimento colaborativo

Devido à sua natureza complexa é recomendado um equilíbrio de coexistência, que garanta o seu completo desenvolvimento sem causar externalidades negativas na economia social de mercado, nos aspectos da protecção da concorrência, sistema fiscal e criação de empregos de elevada qualidade. Aguarda-se pelo seu desenvolvimento mais acelerado e a regulamentação legal adequada nos próximos anos.

Economia funcional

O conceito de economia funcional tem por objectivo uma mudança de uma economia com base na propriedade, para uma economia com base na **utilização**. Isto significa que uma empresa que pretenda diversificar e aumentar as vendas dos seus produtos, pode vender a **sua utilização / uso** dos mesmos produtos, por exemplo, a Michelin está a adoptar este tipo de economia como complemento das suas vendas, em alguns produtos da sua oferta, comercializando alguns pneus industriais, de acordo com o número de quilómetros percorridos pelos clientes.

Este tipo de economia é considerado um complemento e progresso da ‘economia circular’ porque desenvolve um ‘círculo virtuoso’ que conduz a incrementos

positivos, pois quando uma empresa vende o ‘uso’ dos seus produtos, ela terá todo o interesse em que os mesmos tenham um período de vida mais longo possível, o que reduz a obsolescência e contribui de forma muito positiva para um verdadeiro modelo de desenvolvimento sustentável. Esperemos que esta modalidade de negócio se torne mais popular e que as nossas instituições possam usufruir desta oportunidade.

Economia da Partilha

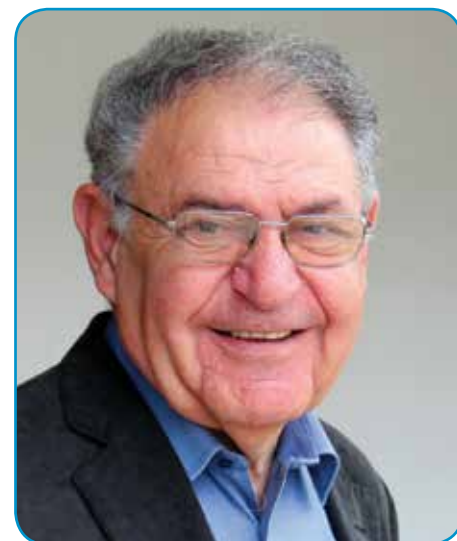
Na perspectiva da sociedade civil as principais características de uma ‘economia de partilha’ são as seguintes:

- a) não existe a propriedade dos produtos e serviços, os mesmos são de utilização comum.
- b) a existência de uma plataforma electrónica que sirva o interesse geral e que coloque em contacto um número alargado de produtores que oferecem produtos e serviços e os consumidores dos mesmos produtos e serviços.
- c) um objectivo comum que é fazer o melhor uso dos produtos e serviços através da partilha dos mesmos.
- d) os utilizadores são geralmente pessoas do mesmo ramo de negócio e não de uma empresa para um consumidor.

Estas características são suportadas por um conceito muito abrangente, tornando possível a definição deste modelo de relações económicas, distinguindo as práticas reais de uma economia de partilha, a qual ainda necessita de mais reflexão e o enquadramento legal apropriado. É aconselhado aos Estados Membros da UE para analisarem este tema para melhor definir legalmente, este tipo de economia e terminar com alguns casos que tem retirado vantagens do vazio legal, para obterem lucro através do processo de contornarem as regras ainda insuficientes e obscuras e que necessitam de clarificação.



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS



Compromisso de Cooperação

1. Visando reforçar a parceria entre Governo Português e Setor Social e Solidário foi celebrado no dia 3 de Maio o Compromisso de Cooperação 2017-2018.

Este Compromisso vem na sequência do Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, de 1996, instrumento que visava “criar condições para o desenvolvimento da estratégia de cooperação entre as instituições do setor social, que prosseguem fins de solidariedade social, a Administração Central e as Administrações Regional e Local”. Então, os subscritores do Pacto (Estado e representantes das três instituições sociais) comprometeram-se a cooperar entre si com vista a alcançar determinados objetivos, designadamente o “desenvolvimento de uma rede de apoio social integrado, contribuindo para a cobertura equitativa do país com serviços e equipamentos sociais” e com a “otimização dos recursos disponíveis, de modo a possibilitar melhores prestações sociais, assente na relação custo/benefício/qualidade dos serviços”. Era assim assumido o compromisso de formalização do “modelo de relacionamento” entre o Estado e as IPSS através da celebração de acordos de cooperação.

Ao longo das últimas décadas cresceu exponencialmente o número de IPSS constituídas e registou-se um alargamento significativo da rede de equipamentos sociais, assumindo o setor social solidário um papel fundamental na prossecução das respostas sociais, avocando uma importância social e económica de elevado relevo junto das comunidades em que as instituições estão inseridas.

Espalhadas por todo o território, as entidades do setor social e solidário são um pilar fundamental na resposta aos cidadãos, em particular aos mais vulneráveis, tanto pela sua proximidade, como pela maior capacidade de resposta às situações de carência ou de desigualdade social, através da promoção do princípio da diferenciação positiva. Porém, a ação de solidariedade social exercida pelas IPSS não se encerra, apenas, no setor da segurança social, abrangendo, igualmente, outros domínios, designadamente na saúde e na educação.

Neste contexto, o Compromisso de Cooperação reforça a cooperação entre o Estado e as instituições de solidariedade social, aprofundando e concretizando as bases gerais do regime jurídico da economia social e as bases do sistema de segurança social, renovando os princípios do Pacto para a Cooperação e Solidariedade.

2. Algumas notas sobressaem no Compromisso de Cooperação, que é reflexo de estabilidade dinâmica entre o Estado, representado pelo Governo das áreas da segurança social, saúde e educação, com o setor social solidário (União das Mutualidades, CNIS e União das Misericórdias).

É anunciada a criação de um Programa de Investimentos em Equipamentos Sociais assente num planeamento territorial e dirigido às respostas com menores taxas de cobertura.

É apresentado um modelo de parceria, para a promoção de consensos, desafiante para ambas as partes.

É proposta a criação de um Grupo de Trabalho para Estudo e definição prospetiva dos custos técnicos das respostas sociais e consensualização de um modelo de financiamento duradouro correspondente.

É reafirmada a importância estratégica deste setor, quando se estabelece e refere a “intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos” (Lei de Bases da Segurança Social).

É reconhecida a importância do escrutínio das Instituições de Solidariedade decorrendo a percepção de que as Instituições não podem ser bloqueadas por um sistema fiscalizador sem escrutínio.

São valorizados o planeamento e a complementaridade e é referida a “utilização eficiente dos serviços e equipamentos sociais, com eliminação das sobreposições, lacunas de atuação e assimetrias na disposição geográfica dos recursos envolvidos” que se expressa em iniciativas de trabalho, nomeadamente quanto ao pré-escolar.

Finalmente, pela primeira vez há um aumento das comparticipações financeiras nas três áreas (educação, saúde e segurança social).

3. A atualização estabelecida na comparticipação pública (2.1%) é a possível no meio do desejável e consagra a assunção de alguma coresponsabilidade por parte do Estado na solidariedade social e na sustentabilidade da ação social direta.

Parte do valor da atualização (1.2% - a outra parte, 0.9% corresponde à evolução da inflação e à convergência da TSU) compensa parcialmente o aumento da RMMG (retribuição mínima mensal), aumento que o Setor Social Solidário sempre defendeu porque confirma que salários baixos são incompatíveis com o respeito pela dignidade humana e, que ainda que eventualmente contribuissem para o aumento da riqueza, essa riqueza só seria para alguns, sem a tornar extensível a todos. E salários baixos não favorecem o bem comum.

Também não se favorece o bem comum com o progressivo esmagamento das tabelas salariais sem reconhecimento do histórico e de habilitações, competências e méritos. É evidente que, perspetivando-se um necessário e progressivo aumento da RMMG nos próximos anos, o Estado não pode ignorar que urge vencer a contradição de privilegiar os mais carenciados (como convém) à custa de injustiças (o que não convém) e que o Estado é coresponsável na sustentabilidade das Instituições.





2 JUNHO

CNIS leva a Festa da Solidariedade à Região Autónoma da Madeira

Tem sido enorme o entusiasmo de todos os que estão envolvidos na organização da 11ª edição da Festa da Solidariedade, em especial das IPSS envolvidas no décimo percurso que a Chama da Solidariedade, nesta que é a primeira saída do continente nacional.

A Madeira acolhe, dia 2 de junho, mais uma edição da Festa, que já se realizou em 10 distritos diferentes, sendo esta a primeira experiência fora do continente.

A proposta da União das IPSS da Madeira foi de imediato acolhida pelos responsáveis da CNIS, mas também pelas entidades oficiais madeirenses e, sobretudo, pelas instituições madeirenses, que assim atenuam um pouco mais os efeitos da insularidade.

Na verdade, a CNIS não podia ter escolhido paisagem mais bela e acolhedora do que a da

Região Autónoma da Madeira para realizar o evento que celebra a solidariedade social, potenciada pelo local escolhido para a realização da Festa: o Jardim Municipal do Funchal.

Assim, no dia 2 de junho, para além das inúmeras representações de IPSS do continente que já confirmaram a sua presença no evento, a Festa da Solidariedade terá como anfitriões Miguel Albuquerque, presidente do Governo Regional, Rubina Leal, secretária Regional da Inclusão e Assuntos Sociais, e Paulo Cafôfo, presidente da autarquia funchalense, entre



PAULO CAFÔFO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL

Uma excelente escolha

SOLIDARIEDADE – Como avalia a rede das IPSS do concelho?

PAULO CAFÔFO – O Funchal, felizmente, tem na sociedade civil uma dinâmica muito forte, o que para quem gere uma cidade como esta é bom, porque esta é uma rede de suporte e apoio, não só dos programas sociais da autarquia, mas também por todo o auxílio que dá às pessoas. Tendo em conta as particularidades das competências aqui na Região Autónoma, temos tido um muito bom relacionamento com essa rede, porque há uma ação concertada entre a autarquia e as IPSS.

É, então, uma interação com dois sentidos?

É uma relação com dois sentidos, isto é, naquilo que as IPSS necessitam, porque a autarquia é uma entidade de proximidade também, para o seu bom funcionamento, mas também quando a Câmara, ao ter conhecimento de determinadas situações, requer a colaboração das IPSS.

Daí o «Encontro com as Pessoas» [presidências abertas pelo concelho]?

A ação política só faz sentido se fizermos a diferença com as pessoas. Nos últimos anos vimos e sentimos uma crise imensa que afetou todos, mas mais aqueles que são mais frágeis. E nesta situação são as IPSS, as câmaras e as juntas de freguesia que mais apoio dão às pessoas, pelo conhecimento direto que têm. A crise afetou muita gente no Funchal e aqui sentimos uma ação dupla da crise de 2009. Nós já temos características muito específicas e que são condicionantes,

como o facto de sermos uma ilha. Uma cidade de uma ilha tem problemas naturais, mas quando são agravados pela crise e pela austeridade a situação piora e aqui tivemos uma dupla austeridade, a nacional e a regional. E isto teve um impacto muito negativo no bem-estar das pessoas. E por isso privilegiamos esta relação próxima com as pessoas, mas também com aqueles que lhes dão a mão, como são as IPSS.

Quais as grandes necessidades sociais no Funchal?

As nossas políticas sociais são encaradas como investimento nas pessoas e não temos uma perspetiva tanto de caridade. Sabemos que as pessoas têm necessidades imediatas, básicas, mas procuramos sempre nos nossos projetos que haja mais do que o dar pelo dar, tentando que as pessoas, por elas próprias, criem as condições para assegurar a sua subsistência e bem-estar. A nossa preocupação vai particularmente para as pessoas idosas. O que se verifica é o envelhecimento das pessoas, que são as mais frágeis fruto da idade, mas também porque muitas delas estão sós. A crise também teve o condão de promover a emigração em massa dos mais novos. Um problema que detetámos foi que as pessoas não compravam os medicamentos que necessitavam por falta de dinheiro. Por isso criámos um programa para os medicamentos, em que os idosos, através de um cartão que tem uma verba, previamente determinada, vão diretamente à farmácia. Mas também há aquelas pessoas, mais novas, que perderam o emprego, pelo que criámos um programa de



formação e ocupação em contexto de trabalho. A nível da infância, mesmo com a ação social escolar, havia famílias que não conseguiam suportar os custos da educação dos filhos, por isso lançámos um programa de apoio à natalidade e à família. Por outro lado, a habitação também é um problema no Funchal, daí que criámos programas de apoio à renda e de requalificação de casas, em especial nas zonas altas.

E como vê a realização da Festa da Solidariedade no Funchal?

Para nós, é uma honra podermos ser a cidade anfitriã de um evento a que atribuo uma importância maior. Não só pela credibilidade que está subjacente, mas também por sermos a primeira cidade, fora do continente, a receber tão digno acontecimento. Somos uma cidade com mais de 500 anos e as pessoas por vezes esquecem-se que somos a primeira cidade construída pelos europeus fora do Velho Continente. O Funchal foi também a primeira diocese global, porque abarcava todos os territórios que estavam a ser descobertos ou conquistados pelos Portugueses no Novo Mundo, ou seja, abarcava quatro continentes. Apesar de estarmos aqui no meio do Atlântico, temos uma posição central e histórica e somos um povo muito acolhedor e que gosta de receber. Por tudo isto, acho que foi uma excelente escolha.

P.V.O.

outras entidades locais e regionais, e contará ainda com a presença do ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva, que, até ao momento, ainda não faltou a nenhuma aquando em funções governativas na Praça de Londres.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, lamenta não poder estar presente, mas nessa data encontra-se em visita oficial ao arquipélago dos Açores. Mesmo assim, à semelhança de 2016, não deixará de enviar uma mensagem para ser lida no período mais institucional do acontecimento.

A XI Festa da Solidariedade, aproveitando o facto de no terreno fronteiro ao da Festa decorrer a Feira do Livro, terá uma vertente cultural, com a realização de uma tertúlia e a apresentação do livro editado pela CNIS, «Juntos... pela criança na creche». Para além disto, e da vertente mais institucional, o evento contará com um lado mais recreativo, com a participação em palco das instituições insulares.

CHAMA EM TODA A ILHA

No entanto, o evento da CNIS arranca bem mais cedo, com a digressão da Chama da



Solidariedade. Assim, no dia 27 de maio, a tocha solidária marcará presença na ilha de Porto Santo, onde passará o dia.

Depois, a Chama visitará os concelhos de Machico (dia 28 de maio), Câmara de Lobos e Ribeira Brava (dia 29), Ponta do Sol, Calheta, Porto Moniz e S. Vicente (dia 30), Santana e Santa Cruz (dia 31), estando prevista a sua chegada ao Funchal no dia 1 de junho, com a autarquia funchalense a fazer questão de integrar a chegada da Chama às festividades do Dia Internacional da Criança, por ela promovidas.



RUBINA LEAL, SECRETÁRIA REGIONAL DA INCLUSÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

IPSS são o braço armado da intervenção social

SOLIDARIEDADE – Qual a importância da rede de IPSS da Região Autónoma da Madeira?

RUBINA LEAL – Não tenho qualquer dúvida que as IPSS são o verdadeiro braço armado no trabalho social, não só no âmbito da pobreza, mas também no dos idosos. A forma de trabalharmos juntos na comunidade e a maneira mais eficaz e eficiente, em termos financeiros e de recursos humanos, é trabalhar através das IPSS. É com os nossos parceiros que vinculamos as nossas políticas sociais. Os governos devem, cada vez mais, delegar nas IPSS o trabalho de intervenção social. Cada vez mais temos IPSS especializadas na sua ação e muito mais eficazes e eficientes na sua intervenção, por isso, são os nossos maiores parceiros. Para além disso, são um elemento essencial na busca da coesão social, tanto que, ao longo deste tempo, tentei sempre valorizar e dar visibilidade ao Terceiro Setor, pois criei uma Feira Social e Solidária, um prémio de inovação social e formação para as IPSS a fim de as valorizar.

Na página da internet da Secretaria Regional pode ler-se, logo a abrir, que a «Coesão social é um desígnio regional». Em que sentido?

Porque este Governo Regional sempre delineou e afetou políticas que fossem de encontro aos problemas das pessoas. Primeiro do que tudo, e acho que é um pouco inovador, pelo menos em governos da nossa natureza, é que reconhecemos que havia vários problemas sociais. A exclusão social tem muito que ver com a pobreza e o desemprego e trabalhar essas áreas sempre foi, para nós, uma grande aposta. O que temos feito, em termos de desemprego,

que é um grande problema que temos e que tentamos sempre atenuar, é tentar encontrar algumas estratégias de respostas que não sejam só aqueles programas de emprego, como a qualificação dos desempregados ou a reconversão profissional. Aliás, começámos o mandato com uma taxa de 15,8% e hoje temos uma de 10,9%. Para além disto, também apoiamos o empreendedorismo, para que as pessoas criem o seu próprio emprego. Não são os governos que criam empregos, são as empresas, mas o que o Governo tem feito é apoiar as empresas e criar alguns apoios específicos para o empreendedorismo. Por outro lado, a pobreza é muito difícil de ser quantificada, mas o que temos tentado é apoiar as famílias nas suas necessidades básicas. Enquanto não há uma recuperação económica real não podemos deixar de apoiar as famílias. Por isso, continuamos com muitos apoios sociais, que absorveram no ano passado 46 milhões de euros, porque consideramos importante apoiar financeiramente as nossas famílias.

E quais as grandes necessidades sociais da Região?

Neste momento, com o envelhecimento da população, que não é diferente do todo nacional, temos que reforçar as respostas sociais. Não digo que seja com lares, com a institucionalização, mas a minha aposta sempre foi reforçar o Apoio Domiciliário e os outros apoios que temos a estas famílias. O envelhecimento acontece, as demências surgem, daí termos encetado um programa com a Alzheimer Portugal. Precisamos de reforçar o Apoio Domiciliário e também a nossa rede de cuidados continuados, que não existe como a



nível nacional. Já solicitei e fiz vários contactos para aumentar a nossa verba de reforço para as IPSS, no sentido de dar uma melhor resposta à nossa população, e já pedi também apoio para a rede de cuidados continuados, mas até agora não obtive qualquer resposta da parte das instâncias governamentais nacionais sobre esta matéria. Pretendia melhorar a nossa capacidade e a qualidade de resposta à população, que passa por dar mais apoio às IPSS para elas darem as respostas no terreno e também por termos uma rede de cuidados continuados.

E qual a importância da realização da Festa da Solidariedade aqui na Madeira?

É importante e que se faça na Região, porque é o todo nacional e é o País que aqui está. É importante porque se as instituições trabalharem em rede, solidariamente entre si, a Madeira cresce e criar sinergias é fundamental. Por isso, é importante termos aqui esta chama solidária a percorrer todas as instituições para que as pessoas percebam que podemos ser complementares uns aos outros, que podemos trabalhar em rede e que temos que cooperar e não competir.

FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, FUNCHAL

Há 170 anos a acolher e a apoiar os mais desprotegidos da Madeira

“Diz a história que é uma das mais antigas de Portugal e a mais antiga da Madeira a nível de assistência social”, afirma Celeste Silva, diretora da Fundação Nossa Senhora da Conceição, instituição que está a celebrar 170 anos. Hoje trabalha a autonomia dos jovens que acolhe e tenta ajudar as famílias a ganharem competências para receberem os filhos retirados.

Nasceu em 1847 como Asilo de Mendicidade e Órfãos, para responder e acolher aos desvalidos da vida.

Desenvolveu esse apoio durante largos anos, mantendo igualmente uma secção destinada ao acolhimento de crianças desprotegidas.

Porém, com a transferência de grande parte dos idosos para o Asilo Dr. João Abel de Freitas, nos anos 1930, e o substancial crescimento da secção destinada às crianças, o seu propósito alterou-se, até porque em 1951 atingiu o recorde de quase 320 petizes acolhidos.

Então, em 1959, a instituição procedeu à alteração da sua denominação e objetivos, passando a designar-se Abrigo Infantil de Nossa Senhora da Conceição.

No ano passado, por força da alteração dos estatutos, e sendo que juridicamente já era uma fundação, passou a chamar-se Fundação Nossa Senhora da Conceição, até porque a anterior designação tinha uma forte carga pejorativa.

Atualmente, a média anda pelos 40 jovens institucionalizados, com idades entre os dois e os 21 anos, e face às ajudas que são disponibilizadas às famílias, os casos que chegam à instituição são, segundo Celeste Silva, “sempre muito problemáticos”.

Para além da casa de Acolhimento, com capacidade para 50 jovens, a Fundação tem ainda um jardim-de-infância, com três salas, frequentado por crianças da comunidade e da casa de acolhimento.

Por outro lado, a instituição tem ainda três apartamentos, com capacidade para seis jovens, que formam a Residência de Autonomia de Vida.

“É um projeto que está pronto a ser lançado, em propriedade da Fundação, mas com a problemática dos incêndios no Funchal em 2016 e a necessidade de realojar os afetados, alugámos temporariamente por um ano ao Instituto de Habitação da Madeira com esse fim. Mas o projeto está pronto”, garante a diretora da instituição, que sublinha a aposta na autonomia da vida feita pela Fundação: “Aqui na instituição temos desenvolvido programas de autonomia de vida. Lidar com



uma jovem com 16, 17, 18 anos passa sempre por lhes dar a devida responsabilidade e integração, porque o objetivo de todos é a reintegração social. Há aqueles que o são mais cedo, com regresso à família ou passam para processos de adoção, e outros jovens que saem com programa de autonomia de vida, pelo que precisam de algum apoio para se organizarem”.

Apesar de ser uma casa grande, Celeste Silva destaca o esforço para que o ambiente seja o mais familiar possível.

“É uma casa grande e familiar e está organizada em cinco unidades. Uma de emergência, a qualquer hora do dia ou da noite podemos receber uma jovem ou uma criança, e que é mista, mas os meninos recebemos até 10, 12 anos, porque a casa sendo um edifício uno não está preparada para ter uma adolescência conjunta. E depois temos duas unidades específicas para meninas e duas



para meninos. Cada unidade tem uma sala de convívio equipada com televisão e um pequeno serviço de lavandaria”, revela, sublinhando: “Esta é uma casa grande, com capacidade para 50 miúdos, mas está organizada em pequenas unidades e criámos uma estrutura para que haja um funcionamento profissional, técnico, mas familiar. Não temos a

pretensão de substituir a família, mas queremos proporcionar-lhes o ambiente mais familiar possível”.

Sobre os utentes, a diretora afirma que atualmente são mais do sexo feminino do que do masculino, “mas em idades mais infantis a procura é mais para meninos”.

Esta, como todas as instituições do género trabalham normalmente com “situações limite”.

“Ainda bem que já não vivemos num sistema assistencialista e as famílias recebem muitos apoios sociais para além do apoio que recebem das instituições. Mas muitas vezes essas respostas são ativadas junto das famílias durante dois ou três anos, mas a situação não se reverte e a criança tem que ser retirada. Quando se fala em acolhimento residencial, fala-se de uma situação limite, pelo que esta problemática não se pode centrar apenas na criança, mas também na família e no contexto. E aí temos que lidar com uma série de problemas, como a interação com a família e com as próprias crianças. Há aqui uma exigência muito grande em termos de intervenção, porque são famílias muito desgastadas por diversos problemas”, sustenta Celeste Silva.

Para a diretora da instituição do Funchal, mais do que um problema económico-financeiro, o que se lhes depara é um problema de desestruturação familiar.

“Há aqui três grandes fatores de risco que identifico nestas famílias e nestas crianças: Um é a saúde mental dos pais, que é muito afetada, com todos os problemas associados; outro é a problemática dos consumos, da toxicod dependência e do alcoolismo; e depois a desestruturação familiar, porque uma família separada não é um problema se não tiver outros problemas associados e pode exercer a parentalidade, mas se está separada, se há problemas de consumos e associados aos de saúde mental, as coisas não funcionam”, argumenta, acrescentando “ainda um outro fator de risco que é a violência doméstica e que está ligada a estas situações todas”.

Celeste Silva insiste que o problema financeiro “não é o mais difícil de responder”, apesar de não deixar de ser um problema, como é “o desemprego, que vai desgastando uma família que entra em disfunção”.

Por outro lado, “a interação com a família é um desafio muito grande, porque o normal é as famílias estarem descontentes com a retirada da criança, descontentes com o tribunal, com a Segurança Social e com a instituição”.

Ora, para esta técnica, “há que encontrar caminhos de diálogo e fazer um caminho de confiança”.

E muitas vezes o sucesso acontece. “Isto tem acontecido em situações de muito stresse, mas depois acabam por ver que acabam por tirar benefícios inclusive para gerir os comportamentos dos filhos, como o absentismo escolar e os comportamentos desviantes. Acho que, acima de tudo, há uma falta de autoridade dos pais”, aponta Celeste Silva, afirmando: “Costumo dizer aos jovens que eles têm direito de ter deveres. E os jovens necessitam de exigência, de desafio e de contenção. Com agrado



conseguimos ter sucesso em algumas situações, mas isto é como em tudo, temos que trabalhar com humildade e competência”.

Sobre a situação financeira da Fundação, sabendo-se que estas respostas sociais são normalmente deficitárias, Celeste Silva é bastante pragmática: “Sem dívidas e sem reservas. Em termos de receitas a Fundação vive de acordos. No jardim-de-infância temos um acordo com a Secretaria Regional da Educação, que comparticipa sobretudo as despesas com pessoal e dá algum apoio nas despesas correntes, e na casa de acolhimento é com a Segurança Social. Depois, temos um ou outro donativo, uma ou outra colaboração de alguma empresa, sobretudo em serviços, como é o caso dos campos de férias em Porto Santo”.

Neste particular, o presidente Francisco Carreira sublinha a grande solidariedade dos madeirenses para com a Fundação ao longo de toda a vida da instituição, que conta... 170 anos.

“Os madeirenses têm sido desde sempre solidários com a instituição. Só foi possível termos vindo a fazer o que temos vindo a fazer porque tem havido muita colaboração de muita gente e de muitas empresas. Desde 1993, a casa passou por um profundo processo de reestruturação e sem esse apoio das mais variadas entidades não seria possível fazê-lo”.

E se o passado é longo, os responsáveis pela Fundação não deixam de olhar o futuro com



ambição.

“Estamos atentos ao que se passa e vamos tentando criar soluções à medida que os problemas surgem”, começa por dizer Francisco Carreira, acrescentando: “Numa casa com 170 anos, o trabalho está sempre incompleto. Este tipo de problemas com que lidamos é algo que julgamos ser possível encontrar soluções, mas as décadas vão passando e o problema mantém-se sempre atual. Daí ser necessária a nossa existência e de outro tipo de instituições e soluções que tendem a persistir na nossa sociedade e agora com novos contornos”.

Por seu turno, Celeste Silva acrescenta que a intenção “é investir sempre com respostas atualizadas à infância e juventude, o que é sempre um desafio” e “investir em projetos de autonomia de vida”.

Mas há mais projetos a abraçar no futuro. “Queremos lançar um projeto de maior apoio às famílias e falo de uma experiência que estamos a começar a implementar, em que, por exemplo, uma mãe vem até aqui e ajuda os filhos nos trabalhos das escolas, dá-lhes banho e leva-os ao fim de semana. Esta é uma daquelas mães que tem grande dificuldade em exercer a autoridade”.

Trabalhar centrados na criança/jovem, não perdendo a família de mira é o caminho que os responsáveis da Fundação Nossa Senhora da Conceição tem trilhado e que pretende continuar a trilhar.

ECONOMIA SOCIAL

Confederar (ainda) não é o caminho

“Não devemos começar a casa pelo fim”, sustentou o presidente da CNIS, durante a segunda Sessão Temática, intitulada «A Economia Social e o relacionamento com o Estado», que teve lugar na Póvoa de Varzim, acrescentando que “ainda é cedo para pensar numa Confederação”. De resto, muitas foram as vozes a favor da mesma, apesar de todos reconhecerem o fraco conhecimento mútuo das diferentes famílias da Economia Social e considerarem bastante positivo o aprofundamento que o congresso está a proporcionar.

Tal como na canção, também os intervenientes na segunda Sessão Temática do Congresso Nacional da Economia Social, em especial dos que representavam entidades que integram o CNES (Conselho Nacional da Economia Social) mas não só, afirmaram que o caminho (no setor) faz-se caminhando e o que aconteceu no Espaço Agros, no passado dia 18 de abril, foi isso mesmo.

Não sendo um processo fechado, nem coisa que se pareça, até porque nem todos concordam com a definição de uma meta (leia-se, fundação da Confederação das Organizações da Economia Social) que deve ser atingida, a todo o custo, já em novembro, aquando da Sessão Plenária do Congresso, todos os intervenientes se congratularam pelos passos dados em mais um encontro, quanto mais não seja pelo aprofundamento no conhecimento mútuo.

“Há caminho a percorrer, mas não devemos começar pelo fim”, afirmou o padre Lino Maia, depois de ter dado voz ao sentimento da Direção da CNIS e igualmente expresso pelas suas associadas na última Assembleia Geral, em Fátima: “É importante provocar caminho juntos, mas é cedo para pensar na Confederação da Economia Social”.

Para o líder da CNIS, que falava a propósito do tema «Parcerias Público-Sociais», não está em causa aprofundar o relacionamento entre as organizações representativas da Economia Social, mas há passos a dar primeiro antes de se mudarem todas para debaixo do mesmo teto.

“Devemos caminhar juntos, já estamos na CASES, já estamos no CNES, mas devíamos estar todos no CES – Conselho Económico e Social”, sustentou o padre Lino Maia, em resposta a uma questão da plateia, que antes já havia vincado a diferença entre o Setor Social Solidário e as demais famílias da Economia Social.

Depois de traçar um retrato histórico-estatístico do Setor Solidário, relevando a proximidade, a capilaridade, a subsidiariedade e a envolvimento, o presidente da CNIS destacou a “cooperação com o Estado”, como aquilo que “distingue o Setor Social Solidário da restante Economia Social”, lembrando ainda que “não há nenhum país na Europa em que a comunidade esteja tão envolvida como em Portugal”, por força da natureza das IPSS.

Para o líder da CNIS é igualmente importante reforçar a ideia de que “as Parcerias Público-Sociais são o futuro e não podem ser encaradas



como um contrato a prazo”.

O padre Lino Maia participava no painel, intitulado «Parcerias Público-Sociais», moderado por Edmundo Martinho, vice-provedor da SCM Lisboa, e que teve ainda como intervenientes Manuel Lemos, presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Nelson Silva, vice-presidente da União das Mutualidades Portuguesas, Rogério Cação, presidente da Confecoop, e ainda Rita Pires, professora de Direito na Universidade Nova de Lisboa, que teve a seu cargo a alocução principal, durante a qual afirmou que “a Economia Social é uma alternativa robusta para o Estado, sem que este aumente a despesa pública”, defendendo ainda uma “solidariedade ativa”, ou seja, que “as entidades da Economia Social são os parceiros ideais para o Estado”.

Pelas Mutualidades, Nelson Silva defendeu que “o Setor Social Solidário pode ser mais eficiente e mais eficaz”, argumentando que “o futuro exige a cooperação entre todos para se chegar mais longe e sem desperdícios financeiros”, enquanto Manuel Lemos revelou que, “na última Assembleia Geral, as Misericórdias



deram carta branca à Mesa Nacional para aderir à Confederação da Economia Social quando achasse conveniente”.

Antes, e ainda da parte da manhã, o presidente do Conselho Económico e Social, Correia de Campos, traçou um retrato do organismo que preside, recorrendo a dois estudos publicados, um há 25 anos e outro em 2015.

Depois de constatar as diferenças evidentes entre as duas situações temporais, Correia de Campos já no período de debate, questionado se o Setor Social Solidário, como segundo maior



empregador do País, não deveria ter assento na Concertação Social, reconheceu aquela virtude ao setor, mas não se mostrou favorável à pretensão de alargamento da Concertação Social a mais agentes.

“Acho que não, porque a Concertação Social é o local de representação das forças patronais e sindicais e as entidades da Economia Social são entidades patronais diferentes. Para além de que os atuais agentes que lá têm assento não gostariam de ver um novo setor ali representado”, argumentou, defendendo ainda que “quando a Economia Social se confederar poderá ser uma questão a colocar em cima da mesa”.

Neste sentido, já na abertura da segunda Sessão Temática, que decorreu no Espaço Agros, na Póvoa de Varzim, o padre Vitor Melícias, presidente da Mesa do Congresso Nacional da Economia Social, lançou um desafio muito claro: “Unidos avançaremos para o bem de todos”.

Por seu turno, o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social registou que, passado algum tempo em que o Congresso está em marcha, “a Economia Social começa a vencer dois dos obstáculos” que vem enfrentando: “Primeiro, a elevada dispersão, pois são muitas e variadas as famílias que a compõem, o que dificulta o encontrar de pontes entre elas; e, depois, começa a ganhar a visibilidade que merece a importância que tem, pois o défice de visibilidade começa a ser vencido”.

De seguida, Vieira da Silva identificou “os três fatores-chave” do relacionamento da Economia Social com o Estado, ou seja, a “proximidade de missão”, a “diversidade de segmento” e a “interdependência do Setor”, apontando, depois, “as articulações no relacionamento do Estado com a Economia Social”: “A não discriminação; a parceria/cooperação; e, por fim, a responsabilidade do Estado na promoção da Economia Social, identificando e aprofundando a diferenciação positiva”.

Mas como o caminho é de certa forma pedregoso, há riscos que convém ter em conta e evitar: “A dependência de alguns segmentos em relação



ao Estado; a sobre responsabilização, ou seja, o risco de o Estado se esconder atrás da Economia Social nas suas responsabilidades próprias; e o clientelismo”.

Para o governante, “vale a pena identificar os riscos com frontalidade, porque se ganha com a criação de antídotos”.

A terminar, Vieira da Silva disse ter a expectativa de que o Congresso da Economia Social possa “confirmar a maturidade do Setor e afirmar a sua juventude, atraindo setores mais jovens”, deixando um desejo: “Espero que deste Congresso a Economia Social saia mais forte e mais organizada para que possa desempenhar o seu papel fundamental na sociedade portuguesa”.

Já na ponta final da segunda Sessão Temática, Francisco Silva, presidente da Comissão Organizadora do Congresso, sublinhou que “não há que ter medo da Confederação, mas o caminho faz-se caminhando”, no que foi secundado, já na sessão de encerramento, pelo padre Vitor Melícias, que resumiu assim o dia de trabalho em Vila do Conde: “Aqui aconteceu Economia Social, houve pensamento, empenho, doutrina e determinação. Para prosseguir este caminho precisamos de utopia e determinação e tal como na União Europeia, se calhar, também nós teremos que avançar a várias velocidades, mas sempre deixando a porta aberta a todos. Esta é a nossa missão”.



A segunda Sessão Temática, intitulada «A Economia Social e o relacionamento com o Estado», contou ainda, da parte da manhã, com a apresentação da edição bilingue da Conta Satélite da Economia Social 2013, a cargo de Eduardo Graça, presidente da CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) e Cristina Ramos, do INE (Instituto Nacional de Estatística) e a alocação de Licínio Pina, presidente do Conselho de Administração Executivo da CCCAM (Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo), subordinada ao tema «O Crédito Agrícola e a Economia Social».

Já da parte da tarde, para além das «Parcerias Público-Sociais», houve ainda o painel «O Estado, os fundos comunitários e o desenvolvimento local», com o antigo ministro da Agricultura Arlindo Cunha a ser o orador principal.

Participaram ainda neste painel sob moderação de Francisco Silva, secretário-geral da Confagri, Aldina Fernandes, secretária-geral adjunta da Confagri, Jorge Faria, representante da ANMP (Associação Nacional de Municípios Portugueses) no CNES, Luís Braga da Cruz, presidente do CPF (Centro Português de Fundações) e Marco Rodrigues, presidente da Animar.

A terceira Sessão Temática do Congresso Nacional da Economia Social está agendada para o dia 2 de junho, em Mangualde.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PAPA EM FÁTIMA

A primeira vez de Francisco em Portugal

Portugal vai ser o 28.º país a ser visitado pelo papa Francisco desde que foi eleito a 13 de março de 2013 no Vaticano e o segundo de língua portuguesa.

Naquela que será a sua primeira deslocação ao território português, o papa estará em Fátima nos dias 12 e 13 de maio por ocasião do centenário das “aparições” de 13 de maio de 1917.

Cinco meses depois de ter sucedido a Bento XVI (que renunciou ao pontificado a 28 de fevereiro de 2013), Francisco fez a sua primeira visita apostólica fora de Itália e o destino escolhido foi um país que fala português: Brasil.

No ano seguinte, o pontífice fez cinco deslocações ao estrangeiro. A primeira ocorreu em maio e foi uma peregrinação à Terra Santa, por ocasião do 50.º aniversário do encontro em Jerusalém entre o papa Paulo VI e o patriarca Atenágoras. Durante três dias (24 a 26 de maio de 2014), Francisco passou pela Jordânia, Palestina e Israel.

Em agosto desse ano, o papa fez uma viagem apostólica à Coreia do Sul e marcou presença na VI Jornada da Juventude Asiática. No mês seguinte, seguiu-se uma visita de um dia a Tirana, capital da Albânia.

A 25 de novembro de 2014, o pontífice

deslocou-se a Estrasburgo (França) para visitar o Parlamento Europeu (PE) e o Conselho Europeu. Vinte e seis anos depois de João Paulo II ter feito o mesmo (em 1988), Francisco discursou diante do PE e apelou a um despertar humanista numa Europa “envelhecida”, “pessimista” e sem vigor.

Poucos dias depois desta visita a Estrasburgo, o papa iria à Turquia, onde se encontrou com o patriarca de Constantinopla (Igreja Ortodoxa), Bartolomeu I, para uma oração ecuménica em Istambul.

Em 2015, Jorge Bergoglio também fez cinco viagens apostólicas que passaram por 11 países: Sri Lanka, Filipinas, Bósnia-Herzegovina, Equador, Bolívia, Paraguai, Cuba, Estados Unidos, Quênia, Uganda e República Centro-Africana.

Em setembro, a viagem papal a Cuba e aos Estados Unidos aconteceu dois meses depois destes antigos inimigos da Guerra Fria terem restabelecido relações diplomáticas ao fim de meio século de afastamento.

No ano seguinte, Francisco realizou seis viagens apostólicas: México, ilha grega de Lesbos, Arménia, Polónia, Geórgia e Azerbaijão e Suécia.

Este ano, e cerca de duas semanas antes da deslocação a Fátima, Francisco esteve no Egito,



uma visita de dois dias (28 e 29 de abril) que dedicou à promoção da tolerância, da unidade e da fraternidade.



FORMAÇÃO'17

consulte já as novidades em www.f3m.pt

ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA

ORDEM dos CONTABILISTAS CERTIFICADOS

ECONOMIA SOCIAL

SOFTWARE ESPECÍFICO

IMOBILIZADO	UTENTES	SÓCIOS	ÁREA SAÚDE UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS CLÍNICA INTERNAMENTO PROCESSO CLÍNICO BLOCO OPERATÓRIO PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	PORTAL SOCIAL DIREÇÃO FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS DOS UTENTES LIVRO DIGITAL "MEMO"
RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS, COZINHAS E LAVANDARIAS		
ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS		
APOIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING		

PROCESSOS CHAVE
REGISTO DE ATIVIDADES DIARIAS

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS
(Licenciamento e SaaS)

SOLUÇÕES WEB
PUBLICAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO
(DL n.º 172-A/2014)

MAIS DE 3000 CLIENTES

F3M Information Systems, S.A. | contacto@f3m.pt | info@f3m.pt | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | www.f3m.pt

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

CENTRO SOCIAL DA FREGUESIA DE FAMALICÃO, NAZARÉ

I Talento Sênior foi um êxito e é uma aposta para o futuro

Com o passar dos anos e a entrada na velhice (leia-se, idade idosa, ou seja, «legalmente» depois dos 65 anos) começa a ter-se mais passado do que futuro, sendo que o presente ganha ainda mais importância. Por isso mesmo, há que viver o mais e melhor possível o presente, não deixando de olhar o futuro, assente numa nostálgica e reconfortante vivência do passado (assim como assim, é o grosso da vida de quem ultrapassou a barreira que dita a passagem à terceira idade).

E a iniciativa «I Talento Sênior», promovida pelo Centro Social da Freguesia de Famalicão (Nazaré), deu corpo a esta ideia, juntando-lhe a valorização dos idosos que participaram.

Esta primeira edição, que decorreu no passado mês de abril, no Pavilhão Gimnodesportivo da Nazaré, reuniu nove instituições do distrito de Leiria, num total de 250 pessoas.

Para além da instituição anfitriã, marcaram presença no concurso a Casa da Família (da Associação de Solidariedade Social de Acipreste), o Solar de Cister, o Lar de 3ª Idade da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, a Santa Casa da Misericórdia do Vimeiro, o Hotel Lar Picamilho, a Santa Casa da Misericórdia de Aljubarrota, o Lar de Fanhais e a Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão. Presente esteve ainda a Cercina.

Inspirados pela participação, em 2016, no IV concurso Miss & Mister Sênior, organizado pela Cediara, de Albergaria-a-Velha, os responsáveis pelo Centro Social de Famalicão aventuraram-se a realizar, também eles, uma atividade do género, sem deixar de lhe dar um toque particular.

O «Talento Sênior» consistia na realização de quatro desfiles pelos utentes das diversas instituições presentes. Assim, pela passerelle desfilariam em traje típico, em roupa desportiva e em traje de gala. Por fim, uma prova/desfile de um talento à escolha de cada instituição.

Nesta última prova as participações foram bastante diversas, o que acabou por dificultar a tarefa do júri. Houve quem apresentasse números de dança, encenações musicais, demonstração de como se põe a mesa segundo as regras da etiqueta e desfile de trajes antigos, como aquele que uma senhora de 99 anos apresentou.

Provas à parte, era notória a satisfação dos participantes. Mais um dia diferente da maioria, em convívio com os seus pares e exibindo os seus dotes. Valente presente que deixa visitar o passado sem deixar de mirar o futuro.

E por falar em futuro, seria interessante as instituições, para além de replicarem ainda mais estes exemplos de boas práticas, equacionarem a sua realização em dias que os familiares e demais membros da(s) comunidade(s) pudessem assistir, emprestando assim um maior colorido e também um ambiente mais festivo ainda, afetuoso e... familiar.



O júri – composto por Regina Piedade, vereadora da Câmara Municipal da Nazaré, Filipa Lopes, dos quadros da autarquia nazaréna e responsável pela Universidade Sênior, a Miss Portuguesa Cristiana Viana, Joaquim Paulo, do jornal Região de Cister, e Pedro Vasco Oliveira, do Solidariedade –, após aturada ponderação e uma sã discussão, deliberou atribuir os seguintes prémios: Simpatia - Hotel Lar Picamilho; Atitude - Casa Família (Associação de Solidariedade Social do Acipreste); Boa Forma - Santa Casa da Misericórdia de Aljubarrota; Beleza - Lar de Fanhais (a dita senhora dos... 99 anos); Criatividade - Solar de Cister.

A estas distinções juntaram-se ainda as três do Prémio Talento: 1º lugar – Santa Casa da Misericórdia de Alfeizerão; 2º lugar – Centro Social da Freguesia de Famalicão; 3º lugar – Santa Casa da Misericórdia de Vimeiro.

Era bem visível a satisfação de todos os envolvidos, em especial dos idosos. Pedro Rei,



diretor-técnico da instituição anfitriã, resumiu o dia da seguinte forma: “Penso que esta primeira iniciativa correu muito bem, as instituições participaram, foram criativas, houve solidariedade entre elas e um espírito leve e muito agradável. A noção que tenho é que as pessoas levam daqui um dia diferente e bem passado”.

O responsável técnico pelo Centro Social de Famalicão afirmou ainda a vontade de repetir o evento no futuro, defendendo que a aposta é em proporcionar dias diferentes aos utentes: “Tentamos primar pela diferença e a diferença não é ser melhor do que os outros. Percebemos é que há uma lacuna que queremos preencher, porque os utentes que estão institucionalizados ou que estão em centro de dia não têm respostas, não têm local onde se encontrar e onde partilhar. Por vezes é difícil encontrar um espaço, é difícil trazer estes utentes para realizar atividades, pelo que tentamos marcar a diferença nesse ponto”.

COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO PARA O SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO 2017-2018

Consenso não foi fácil mas resultado é satisfatório

Está assinado o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2017-2018, com efeitos retroativos a janeiro do corrente ano, mas a CNIS considera que se devia ter ido mais longe. Do lado do Governo, o primeiro-ministro António Costa elogiou o acordo, defendendo que vai de encontro ao que é “essencial”, ou seja, “aquilo que o Estado, diretamente ou em parceria com as instituições, pode e deve fazer para a promoção da dignidade da pessoa humana”.

A Presidência do Conselho de Ministros, em Lisboa, acolheu a assinatura do documento que estabelece o entendimento entre o Estado e as três organizações do Setor Social e Solidário para os anos de 2017 e 2018. O primeiro-ministro António Costa quis assim associar-se à cerimónia, deixando uma mensagem de confiança e de responsabilidade, defendendo que “o Estado não se pode desresponsabilizar da promoção da dignidade da pessoa humana” e sublinhando que “o Governo não aligeira responsabilidades” na área social.

António Costa considera que o Compromisso de Cooperação é um passo na resposta aos grandes desafios do momento, destacando “o demográfico”, com apostas na rede de creches e na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, e também “o do emprego”, lembrando que “as IPSS são geradoras de emprego qualificado e que humaniza as relações”.

Depois, o primeiro-ministro assinalou também a passagem de duas décadas sobre a celebração do primeiro acordo do género, o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social (dezembro de 1996), era primeiro-ministro, na altura, António Guterres.

“Este é um sinal que damos continuidade a uma linha de trabalho que exige persistência, previsibilidade e segurança e, por isso, é um acordo para dois anos”, afirmou António Costa, dizendo ainda, a propósito dos bons resultados económico-financeiros do País no último ano: “Nunca devemos ignorar que é a sustentabilidade do conjunto da sociedade que permite este progresso económico. Aquilo que justifica o esforço de termos finanças públicas sãs é permitir termos as condições e os recursos para concentrar naquilo que é essencial. E o essencial é aquilo que o Estado diretamente ou em parceria com as instituições podem e devem fazer pela promoção da dignidade da pessoa humana”.

Ao SOLIDARIEDADE, o padre Lino Maia afirmou-se “satisfeito” com o compromisso, mas lembrou que “não há documentos perfeitos e o ótimo é inimigo do bom”, numa referência implícita à atualização de “apenas” 2,1% da comparticipação do Estado.



Na opinião do presidente da CNIS, o “documento é muito bom, em “primeiro, porque havendo consenso já é bom e, depois, conseguiu-se o possível dentro do desejável”, sublinhando, porém, um aspeto: “Claro que em termos de atualização da comparticipação era preciso muito mais, porque quando falo que estamos a praticar injustiças é porque os nossos trabalhadores estão a ser mal pagos, mas



também não podemos pagar mais... E no futuro, tem que se insistir bastante mais nisto e as atualizações têm que ter em atenção um passo que tem que se dar nesta área. Não podemos praticar a caridade à custa da injustiça com os trabalhadores”.

Este fora, aliás, um dos pontos referidos pelo líder da CNIS no seu discurso: “O Setor Social Solidário quer vencer a contradição de



optar pelos mais carenciados à custa de injustiças... Mas, para tal, porque é âncora do Estado Social, porque faz o que o Estado Social quer garantir, porque presta bem público, serviço público precisa que o Estado não ignore as responsabilidades na solidariedade social e na sustentabilidade da ação social direta”.

Na sessão, o padre Lino Maia elencou ainda “outras indicações bem positivas” do documento assinado no dia 3 de maio: “A cooperação é opção irreversível; a moderação é a preferência de quem sabe que as próximas gerações serão chamadas a garantir mais serviços e a contribuir com menos recursos; parcerias é a filosofia da agilidade; trabalho conjunto segundo competências de cada um e responsabilidades coletivas; o escrutínio das instituições de solidariedade é importante, mas as instituições não podem ser bloqueadas por um sistema fiscalizador sem escrutínio; e atenção permanente à sustentabilidade de um Setor sem o qual Portugal seria bem mais desigual e ainda mais pobre”.

Para além da questão da atualização da comparticipação, que “é de facto importante”, e da aposta na cooperação, porque “pairava no ar algum receio que pudesse haver algum desincentivo na cooperação”, o padre Lino Maia destacou ainda, ao SOLIDARIEDADE, “o trabalho em parceria” plasmado no documento.

“Inicialmente foi um bocado difícil de implementar, mas há uma série de grupos de trabalho que vão começar a funcionar, exatamente para que seja tudo refletido e decidido em conjunto e não apenas por imposição do Estado. Diria que isso permite encarar vias para a sustentabilidade das instituições”, sustentou.

E se o ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Vieira da Silva, considerou a negociação do Compromisso “profunda e exigente”, o presidente da CNIS apelidou-a de “dura”.

“Partíamos de dados não consensuais... Foi possível chegar a um consenso, mas houve um momento em que pensei que a CNIS não entraria no acordo. Depois, desbloqueou-se, mas

foi de facto difícil. E este sinal que referi, dos grupos de trabalho em parceria, era algo que no início não estava assim claro, não era por aí que se ia, mas foi a persistência da CNIS que fez valer isso”, argumentou, referindo-se ainda ao facto de pela primeira vez as três organizações da Economia Social Solidária ter encetado as negociações com uma única proposta: “O processo começou bem, mas depois... Bem, são organizações diferentes as Mutualidades, as Misericórdias e a CNIS e no final já não houve tanto trabalho conjunto. E penso que no futuro terá que ser assim, avançar com uma proposta conjunta e, depois, nas áreas em que cada um é melhor, insistir”.

Para o ministro Vieira da Silva, o documento “tem objetivos estratégicos e identifica prioridades”, apontando como exemplos o novo programa de requalificação e ampliação dos equipamentos, a revisão do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), o novo programa para novos e alargamento de Acordos de Cooperação, que considerou “um instrumento de sustentabilidade e equidade”, e ainda a flexibilização das regras das creches.

Recordando que hoje há 14 mil acordos de cooperação estabelecidos, uma transferência para o Setor Social Solidário de 1.450 milhões de euros, o ministro afirmou que o Compromisso de Cooperação, agora assinado, traz consigo “estabilidade, confiança e compromisso estratégico”.

O ministro não terminou sem endossar um rasgado elogio à secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim, pelo trabalho e dedicação na negociação, aliás como os demais intervenientes na sessão, casos do padre Lino Maia e ainda de Manuel Lemos, da União das Misericórdias Portuguesas, e de Luís Alberto Silva, da União das Mutualidades Portuguesas.

Sobre a negociação, Cláudia Joaquim frisou que “os compromissos são muito abrangentes, pelo que teria sido mais rápido negociar a atualização da comparticipação, porque é um



número que se negoceia, mas o que se fez foi um trabalho mais aprofundado de olhar para todas as áreas das respostas sociais e perceber onde deve haver um enfoque”, pelo que, “nesse aspeto, a negociação foi mais exigente”.

Pelas Misericórdias, Manuel Lemos lembrou que é necessário “agir de forma diversa, porque os problemas são diversos” e “há que qualificar a vida”, afirmando o “total empenho, com o Governo, a CNIS e as Mutualidades, para apresentar uma candidatura ao Plano Juncker”, considerando ainda que o Compromisso “dá vários passos significativos para que a missão do Setor, que é apoiar os mais carenciados, seja possível”.

Por seu turno, Luís Alberto Silva, pelas Mutualidades, destacou o “espírito de partilha na negociação”, lembrando que “dar respostas atempadas ao Compromisso não é tarefa fácil”.

No final, pode dizer-se que as três organizações do Setor Social Solidário encaram este Compromisso de Cooperação, arduamente negociado e consensualmente assinado, como mais um passo, como o padre Lino Maia disse, “para que ninguém fique para trás num Portugal que todos queremos melhor para todos”.

O Compromisso de Cooperação para o Setor Social Solidário 2017-2018 pode ser consultado no sítio da Internet do Solidariedade.



PADRE JOSÉ MAIA
jose.maia@cic.pt

Depoimento...

Acompanhei, com a maior atenção, a cerimónia pública (apesar de pouco publicitada pela comunicação social) da assinatura do COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO entre a CNIS e o Governo, na presença do Primeiro-Ministro e mais alguns Ministros e Secretários de Estado.

A assinatura deste COMPROMISSO numa conjuntura política pouco simpatizante para com tudo quanto não seja “público/estatal”, em meu modesto entender, representa uma vitória do Sector da SOLIDARIEDADE e dos Órgãos Diretivos da CNIS, com especial destaque para o presidente da Direção, Pe. Lino Maia.

Deu para entender como o Primeiro-Ministro é um político hábil e com sensibilidade social ao estar presente com membros do seu Executivo, mormente o Ministro do Trabalho Solidariedade e Segurança Social e o Ministro da Educação.

Sem entrar em pormenores sobre o que desconheço, designada e nomeadamente a percentagem de atualização das comparticipações do Estado (2,1%), apreciei a referência ao Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social (que neste ano celebra as suas “bodas de prata”) assinado

pelo então Primeiro-Ministro António Guterres - hoje Secretário Geral da ONU - e pelos então representantes do Sector da SOLIDARIEDADE.

Já na altura, havia alguma pressão para designar o Documento como um Pacto de Cooperação para a Economia Social. Apraz-me registar que, em nome da então UIPSS, nunca aceitaríamos que a palavra SOLIDARIEDADE ficasse excluída desta designação. E lá ficou!

Na nova versão, na forma de “COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO”, esta questão foi ladeada! Espero bem que o Estado não queira fazer das Instituições de Solidariedade aquilo que elas não são: Instituições de Economia Social!

As reflexões produzidas no momento da assinatura do COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO pelo Pe. Lino Maia foram muito oportunas, com mensagens explícitas e implícitas ao Poder Político que demonstram a atenção da CNIS a novas CAUSAS no domínio da SOLIDARIEDADE que são credoras de novas expressões institucionizadas de cooperação!

Foi bom ter visto na fotografia da assinatura o Ministro da Educação, numa demonstração da



necessidade que o Governo tem de poder anunciar a sua intenção política de alargar a rede de educação pré-escolar a cada vez mais crianças. Agradou-me ter sabido que as reuniões com o Ministério da Educação estão a correr bem!

Espero e desejo ardentemente que, no domínio da cooperação entre o Estado e as IPSS, não venha a acontecer o que se tem vindo a verificar noutros domínios, em especial na educação, onde os privados, enquanto não havia respostas para atender as populações, foram usados como “andaimes”... enquanto não existiam “redes estatais”, para, quando isso acontecer, terem o mesmo destino dos “andaimes”: serem desmontados e deitados fora!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA
ajsilva@sapo.pt

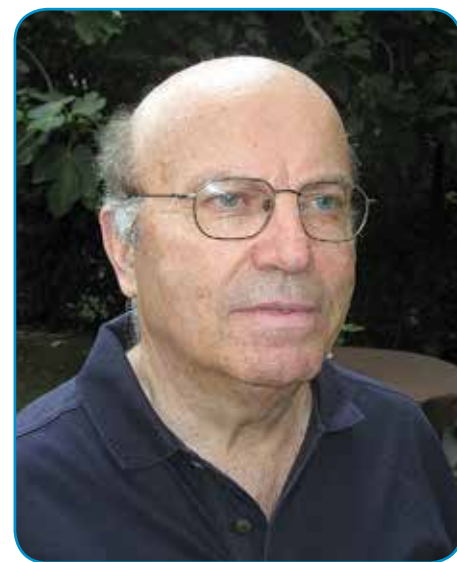
Os riscos dos referendos

Aparentemente, o regime político perfeito seria aquele cuja prática fosse sempre a da democracia directa. Na impossibilidade comprovada de isso acontecer, sobra o recurso à utilização pontual do referendo, que muita gente considera a última e definitiva expressão da vontade popular. A maioria das constituições políticas reconhece pois esse direito, embora um direito utilizado, quase sempre e só, em circunstâncias muito particulares. Numa democracia representativa, o referendo é a exceção e não a regra.

Vem isto a propósito das consequências que tiveram recentemente algumas consultas populares de tipo referendário, a começar por aquela que teve lugar no Reino Unido e que levou à sua saída da União Europeia. A ideia de promover esse referendo partiu do próprio chefe do governo, o conservador David Cameron, que esperava encontrar na sua realização uma resposta eficaz para alguns dos problemas internos que enfrentava na altura. Se não ganhasse, demitir-se-ia, garantiu ele durante a campanha, talvez por acreditar que não perderia. Mas foi isso que

aconteceu, e não teve outro remédio senão demitir-se. Foi um acto de dignidade que lhe custou caro em termos políticos. A ele, à Europa e, se calhar, ao país.

O grande problema dos referendos é que estes são dominados, geralmente, mais por emoções circunstanciais do que pela reflexão, mais pelo imediatismo do que por uma visão global e de longo prazo. Basta recordar o que se passou, em 2005, com os referendos realizados na França e na Holanda sobre a Constituição Europeia e, mais proximamente, com a consulta popular que teve lugar em Itália. Também no Reino Unido o referendo foi convocado por um chefe de governo que parece ter feito cálculos errados, como já tinha acontecido com Matteo Renzi, um primeiro ministro que surgiu inesperadamente na cena política italiana e se tornou uma vedeta da política europeia, até ser afastado por um referendo que ele mesmo convocou, a propósito de uma questão constitucional aparentemente menor. Mas podíamos ir ainda mais longe e recordar o fim da carreira política do general De Gaulle, também ele vítima de um



referendo que, aparentemente, não tinha grande importância objectiva.

Também Erdogan, o chefe do governo turco, aparentemente insatisfeito ainda com o enorme poder que já detinha na sequência de um fallado golpe de estado, cujos contornos exactos não são claros, decidiu convocar um referendo cujo objectivo único foi o de aumentar ainda mais esse poder. E conseguiu-o, mas com uma vitória demasiado curta para as suas ambições e para todo o empenhamento que dedicou a essa consulta popular. Não foi um resultado brilhante para ele e útil para o país. Por isso, e com todo o respeito que merecem as iniciativas democráticas, bem se pode dizer que a convocação de um referendo nem sempre está isenta de riscos...

HENRIQUE RODRIGUES

*Presidente do
Centro Social de Ermesinde*

Aux armes, citoyens formez vos bataillons

1 - Como escrevia o Eça, era de Paris que nos chegava, pelo Sud-Express, em caixotes de modernidade, a civilização.

A influência francesa no nosso modo de viver e no nosso ambiente cultural acompanhou-nos até há pouco.

No meu tempo de estudante de liceu, era ainda o francês que todos estudávamos como principal língua estrangeira, do 1º ao 5º ano, levando de vencida o inglês, estudado no currículo comum apenas no 2º ciclo: do 3º ao 5º ano.

Conhecíamos, das selectas desses anos de formação escolar, como era o dia-a-dia dos franceses, nas cidades ou nos campos: o que comiam, como vestiam, que valores professavam.

Mesmo a História de França, nos seus traços gerais, nos era familiar: dos francos a Carlos Magno, da cultura monástica às heresias dos Cátaros, na Occitânia (e ao modo como a ortodoxia esmagou essa que foi também a fonte da cultura trovadoresca dos tempos de D. Dinis, em Portugal), do absolutismo real à Revolução de 1789, de Versailles ao Louvre, do Império de Napoleão a Waterloo, da Resistência ao nazismo ao colaboracionismo com o invasor, até mesmo as histórias de Asterix e Obélix, toda essa realidade integra o substracto cultural e a visão do mundo da minha geração.

Foi desse mundo medieval monástico que veio o Conde D. Henrique, fundar os alicerces de Portugal.

Durante a ditadura de Salazar e Caetano, foi para França que se exilou ou fugiu muita da intelectualidade e da Oposição portuguesa, aí acolhida benignamente, o mesmo sucedendo com centenas de milhares de compatriotas nossos, saídos no interior de um Portugal marcado pela pobreza para ir procurar noutras paragens o pão que a Pátria não tinha para eles.

Igualmente foi a França o País que recebeu muitos dos jovens que recusavam partir para a guerra nas colónias e que na tradição liberal de acolhimento francesa encontraram lugar de refúgio durante os anos de chumbo das décadas de 60 e 70 do século passado.

As ideias da Revolução Francesa, resumidas na tríade “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, que aboliram o direito divino como fonte de legitimidade do soberano, trocando-o pela soberania do povo, instituindo o sistema representativo e o voto popular, penetraram rapidamente os meios intelectuais portugueses dos fins de setecentos, constituindo fonte da Revolução Liberal de 1820, no Porto, que conduziu, pela vez primeira entre nós,

ao sistema constitucional, com a Constituição Liberal de 1822, imposta ao Rei D. João VI, então no Brasil.

Essa impregnação foi de tal monta que, durante as Invasões Francesas – a chamada Guerra Peninsular –, não obstante a resistência popular ao invasor, resistência que acabou por expulsar o exército ocupante, muitas das elites, convertidas ao liberalismo, colaboraram com a tropa francesa, reconstituindo à volta de Junot, na 1ª Invasão, a corte que fugira para o Brasil, como nos conta Raul Brandão, no romance *El-Rei Junot*.

(Gomes Freire de Andrade, que foi executado por, entre outras, acusação de francesismo, chegou a combater nos exércitos de Napoleão, na guerra contra a Alemanha e na Campanha da Rússia, integrado na Legião Portuguesa, criada por Junot.)

Até no refrão do nosso hino nacional, A Portuguesa – “Às armas, às armas!/Pela Pátria lutar!/Contra os canhões, marchar, marchar!” – ecoam acordes da Marselhesa, como os versos que dão o título a esta crónica.

2 – À hora a que escrevo, conhecem-se já as projecções dos resultados da 2ª volta das eleições presidenciais francesas, com a vitória prevista, com folgada maioria, de Emmanuel Macron.

É um alívio!

Como a história muitas vezes nos mostrou, é muito curta a distância entre a civilização e a barbárie.

E foi essa também a clivagem que marcou o cenário das eleições francesas: gostemos ou não das personagens, a questão era a de escolher entre um modo cosmopolita de pensar e de viver, marcado pela tolerância e pela convicção da diferença como factor de enriquecimento comum, como é próprio das democracias e a essência do projecto europeu – e esse era o lugar de Emmanuel Macron; e um fechamento, um enrolamento para dentro, uma exclusão do outro, um regresso ao “orgulhosamente sós” de Salazar, que é o caldo cultural donde emergem as ditaduras – onde pontuava Marine Le Pen.

A vitória de Emmanuel Macron representa, porém, além do seu mérito intrínseco, uma viragem nos ventos populistas e iliberais que pareciam ter vindo a instalar-se irreversivelmente na parte do mundo que nos é próxima.

Com o resultado do referendo britânico e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, parecia que a irracionalidade tinha tomado conta dos eleitorados, nos países com democracias

mais firmes e estabilizadas.

A eleição de Trump, a que se seguiram os primeiros 100 dias de mandato, num itinerário de gafes e tiques autocráticos penosamente acompanhados pela cobertura imediata, directa e universal que marcam a informação global nos nossos dias, pode até ter tido o efeito de vacina, iniciando a reversão desse caminho até há pouco impen-sável de consagração pelo voto de quem do voto desdenha.

Por isso, todos fomos franceses, por estes dias...

Quer os que escolheram, quer os que não quiseram escolher, por considerarem ambos os candidatos “farinha do mesmo saco” – como se a democracia liberal e a tolerância pudessem ser confundidas alguma vez com o populismo, a demagogia e o desprezo pelo outro.

3 – Há um outro fenómeno, cuja notícia nos chegou ontem pela imprensa, que será certamente motivo de preocupação na gestão da vida política e na formação do sentido do voto, em diversos países, nos próximos tempos.

Trata-se de verificação de que, também nestas eleições em França, a Rússia teria promovido ataques informáticos à campanha de Emmanuel Macron, colocando nas redes sociais, na véspera das eleições, uma amálgama de falsos factos – os factos alternativos de Donald Trump –, visando denegrir esse candidato, a fim de beneficiar Marine Le Pen.

Como se sabe, o mesmo fenómeno ocorreu nas presidenciais americanas, tendo aí a vítima da ofensiva informática sido Hillary Clinton e o beneficiário Donald Trump.

Essa devassa aos computadores da campanha da senadora e a manipulação da informação e da correspondência pode ter tido influência decisiva no resultado, tendo em conta a escassez dos votos que deram a vitória ao actual Presidente dos Estados Unidos.

Claro que as nossas eleições domésticas não têm os efeitos em outras partes do mundo que têm as eleições na Grã-Bretanha, em França ou nos Estados Unidos – embora, pelos vistos, a nossa “geringonça” seja hoje um “case-study” de ciência política.

Ainda não merecemos, que se saiba, a curiosidade e o empenho dos serviços secretos da Rússia e a sua interferência nas nossas eleições.

Mas sempre gostaria de saber, cá por casa, quando chegar a ocasião, quais forças políticas serão as suas vítimas... e as suas preferências...

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO BOM JESUS, S. VICENTE

Quebra da taxa de natalidade está a levantar alguns problemas

O fundador do Centro Social Paroquial do Bom Jesus, em Ponta Delgada, concelho de S. Vicente, foi o padre António Paulo, no ano de 1996, e “foi ele que despertou esta necessidade nas pessoas”, sublinha o padre Hélio Gomes, atual presidente da instituição, recordando: “Estes terrenos eram parcelas diversas, não havia construção nenhuma e ele empenhou-se para que este equipamento nascesse. A ideia do padre António Paulo era criar outro centro em Ponta Delgada, dando uma certa dinâmica à zona”.

Atualmente, as respostas da instituição tocam a infância e os idosos, mas já passaram também pela educação especial, com a cedência de um espaço conhecido como a Casa do Romeiro.

Em jardim-de-infância, o Centro do Bom Jesus acolhe, de momento, apenas 14 crianças, quando tem capacidade para 40.

“A baixa da natalidade tem afetado muito o infantário, sendo que ainda há a resposta pública. As distâncias também fazem diminuir o número de utentes, porque agora, praticamente, só temos crianças de Ponta Delgada e de Boaventura. Perdemos as crianças de S. Vicente”, justifica o padre Hélio Gomes, lembrando ainda que “o infantário foi construído em 2004, porque na altura havia uma procura grande”.

Porém, as coisas agora são bem diferentes e... para pior, em especial pela quebra na natalidade.

Mas foi a preocupação com os idosos que fez o padre António Paulo fundar a instituição, no ano de 1996. Na sacristia, umas senhoras voluntárias juntavam alguns idosos e serviam chá e bolinhos e foi assim que começou como Centro de Dia, passando depois para uns salões na parte de baixo da casa paroquial.

“Havia uma grande necessidade de apoiar os idosos, porque olhamos para eles e vemos que merecem ser reconhecidos. São pessoas que tiveram trabalho pesado, porque aqui era mais a agricultura e a construção, e muitos deles tinham famílias imensas, com cinco e seis filhos. Só que estes emigraram para procurar melhores condições de vida, e os pais ficaram sozinhos em casa, muitas vezes, casas sem condições”, sustenta o atual presidente.

E para o pároco, para além “da necessidade de dar conforto aos idosos”, era necessário “também dar atenção e apoio às pessoas a nível do mercado de trabalho, pois dos 31 funcionários da instituição a maior parte são da freguesia”.

Depois, com o nascimento do Centro “houve ainda a valorização da zona, pois antes do



Centro Social nascer não havia este edifício, não havia a estrada que há agora e agora esta é uma zona procurada até para lazer”

A tal nova centralidade da freguesia que o fundador quis criar é agora uma realidade.

Na área dos idosos o Centro Social de Ponta Delgada tem uma capacidade para 36



utentes em Lar, sendo que 12 das vagas são em regime privado, o que é uma grande ajuda para o equilíbrio financeiro da instituição, e ainda 30 em Centro de Dia, fornecendo ainda serviço de lavandaria ao domicílio.

“A lavandaria começou em 1998 como apoio ao domicílio e a capacidade dessa



resposta é para 30 pessoas”, revela, recordando um outro projeto que nunca saiu do papel: “Houve a ideia de fazer uma cozinha para confeccionar refeições. Havia um terreno fronteiro à igreja, onde agora é um restaurante, que foi adquirido para se construir lá uma cozinha social. Deixava de haver cozinha aqui no Centro e seria ali confeccionada comida para servir o Lar e o Centro de Dia, para o apoio domiciliário e também para um refeitório social. Mas isso não saiu do papel”.

O padre Hélio Gomes considera que a população de Ponta Delgada em termos sócio económicos não se pode queixar muito.

“Isto era uma freguesia rica, porque a maior parte dos terrenos eram de colonos, que eram os donos disto. Depois, nos anos 60 e 70 do século passado, esses senhores começaram a morrer e a sair daqui e os trabalhadores ficaram com direito às terras. A nível económico é uma população equilibrada, mas vive-se muito da agricultura. Depois, existe a zona do centro de Ponta Delgada e a zona das lombadas, a parte das pessoas mais humildes, mas hoje essa diferença já não é tão vincada, já não existe. E há ainda a questão da emigração, em especial para a Austrália. Pode dizer-se que, a nível geral, as pessoas têm algumas posses”.

Mais difícil é os mais velhos terem os familiares por perto, devido à emigração. Porém, o padre Hélio Gomes destaca que isso nem sempre é sinónimo de abandono.

“Temos aqui muitos idosos cujos familiares estão ausentes da terra, devido à emigração. As pessoas saíram por necessidade, mas isso não quer dizer que tenham abandonado os seus pais. Temos aqui um senhor que tem uma filha e um filho em Inglaterra e o filho vem cá vê-lo todos os meses. Muitas vezes a emigração não foi por questões financeiras, mas porque quiseram ir em busca das próprias vidas. Há aqui idosos que têm casas, terrenos e até dinheiro”, sustenta, apontando



que cerca de 80% das pessoas que estão na ala privada são daqui de Ponta Delgada”.

Olhando às necessidades da freguesia, o padre Hélio gostava de ver uma maior e diferente aposta no apoio domiciliário.

“Há uma instituição da Ribeira Brava que presta algum apoio ao domicílio, em termos de refeições e outros serviços, nesta zona, mas era importante que houvesse um apoio mais próximo e continuado”, refere, prosseguindo: “Há idosos para quem a única solução é o lar, mas eles vêm e estão cá contrariados, pelo que era importante que houvesse um apoio social que levasse ao domicílio outros serviços, que não apenas a refeição e a roupa lavada, mas algo que permitisse fazer algumas atividades com os idosos em casa”.

Aliás, quando faz visitas aos doentes, o padre Hélio Gomes diz que “muitas vezes a necessidade é apenas de uma conversa e muitas vezes conversa-se de tudo menos de religião, porque estas são pessoas que sofrem de solidão”.

Em termos práticos, a situação financeira do Centro do Bom Jesus é “equilibrada”.

“No momento não temos dívidas. Existe um equilíbrio, porque temos o apoio social por parte do Governo para os que têm rendimentos mais baixos e temos a ala privada do lar e recebemos ainda apoio para o infantário, pelo que vamos fazendo a gestão dessas



verbas. A instituição tem uma situação saudável, mas se for para adquirir um equipamento não podemos fazê-lo de repente. A verba que gerimos mensalmente é primeiro para os ordenados e depois para os fornecedores, agora para fazer grandes coisas não temos folga”.

Isso, porém, não impede que a Direção queira mais.

“Para fazermos projetos temos que elaborar um bom plano e pedir apoios, mas uma das nossas ambições era adquirir uma carinha adaptada para dar mais segurança no transporte. E, por outro lado, gostaríamos que houvesse uma maior participação da comunidade nas atividades que desenvolvemos”, sustenta o presidente da instituição, ao que Joana Alvas, diretora-técnica acrescenta: “A instituição está a tentar fazer uma remodelação do edifício, intervindo em alguns espaços para os melhorar. A Direção é relativamente recente e ainda está a estudar as necessidades e a tentar reunir apoios para manter ou melhorar as condições do equipamento”.

E como seria Ponta Delgada sem o Centro do Bom Jesus?

“Seria apenas um lugar de passagem turístico, se bem que o lar também desperta alguma curiosidade aos turistas”, sustenta o padre Hélio Gomes.



EM PREPARAÇÃO

Medidas de promoção de igualdade de salários entre homens e mulheres

O ministro Adjunto, Eduardo Cabrita, apresentou aos parceiros sociais um conjunto de medidas de combate às desigualdades salariais e de promoção da igualdade de salários entre homens e mulheres.

Em declarações aos jornalistas após a reunião de quinta-feira da comissão permanente do Conselho Económico e Social, em Lisboa, o governante afirmou que “as desigualdades salariais não se limitam a situações de discriminação direta” e que há também “mecanismos de discriminação indireta”, nomeadamente quanto à “formação dos quadros de pessoal, ao desenvolvimento dos percursos profissionais e à composição complexa das remunerações”.

Segundo o documento distribuído, é intenção do Governo lançar um “barómetro da desigualdade salarial entre mulheres e homens de âmbito nacional e setorial” que deverá ser implementado “no primeiro semestre de 2018”, bem como fazer um balanço da desigualdade salarial entre géneros “no primeiro semestre de 2019”.

Além destas medidas de transparência, constam ainda da proposta da tutela medidas específicas de promoção da igualdade salarial, que incluem o reforço de competências da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE)

e da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e a definição de um “plano corretivo” para empresas onde sejam detetadas disparidades nesta matéria.

Eduardo Cabrita disse ainda que houve um “acolhimento globalmente muito positivo dos parceiros” a estas propostas e que “todos assumiram o compromisso de, nas próximas duas semanas, se pronunciarem por escrito”.

O governante acrescentou que, após a fase de audição dos parceiros, o Governo irá apresentar uma iniciativa legislativa sobre esta matéria na Assembleia da República.



SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 21 ANOS

DEIXA A INFORMÁTICA CONNOSCO,
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.



GESTÃO IMÓVEIS **NOVO**

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS
na contabilidade

UNIDADES DE SAÚDE
RNCCI

ORDENADOS

Caixa Geral de
Aposentações, Segurança
social, Declaração
mensal/anual, Relatório
Único

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADO AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

CONTROLO DE PRESENÇAS

SISTEMA INTEGRADO DE
TESOURARIA

TSR - Utentes
TSR - Bancos
TSR - Associados
TSR - Rendas
TSR - Caixas e Pagamentos a
Fornecedores

ASSOCIADOS / IRMÃOS IPSS

PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA E MEIOS
COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO
(CERTIFICADO SPMS)
RECEITA SEM PAPEL

entre outras



ASSISTÊNCIA REMOTA
Via internet



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
Gratuita



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -
Sala 11 - Apartado 1071 EC
4836-908 Lameiras - Guimarães

WWW.TSR.PT

tlm. [+351] 939 729 729
tlf. [+351] 253 408 326 (3L/BA)
fax [+351] 253 408 328

tsr@tsr.pt



SOFTWARE
IPSS

SECTOR
ECONOMIA
SOCIAL

+ DE 40
APLICAÇÕES

+ DE 900
CLIENTES

100%
CLIENTES
SATISFEITOS

GRÁTIS
DEMONSTRAÇÕES
SEM COMPROMISSO

V OLIMPIADAS SENIORES, ALBERGARIA-A-VELHA

Mais de mil idosos conviveram, competiram e divertiram-se

As V Olimpíadas Seniores, organizadas pela Cediara, IPSS de Ribeira de Fráguas (Albergaria-a-Velha), estabeleceu um novo recorde de participações, juntando em torno de sete provas 1.100 seniores, provenientes de 50 instituições oriundas de oito distritos.

Depois de uma primeira edição apenas a nível concelhio, as Olimpíadas Seniores abriram-se, na segunda, ao distrito de Aveiro e à quarta edição acolhiam instituições que trabalham com idosos de seis distritos, reunindo um total de 750 idosos, em representação de 45 instituições, quando em 2015 tinham sido «apenas» 20 as IPSS participantes.

“Esta é a evidência de que as instituições estão despertas para a necessidade de promover estes momentos de envelhecimento saudável aos seus utentes”, disse no final, ao SOLIDARIEDADE, Susana Henriques, diretora-técnica da Cediara e grande mentora da iniciativa.

A satisfação e alegria estampada na cara dos seniores presentes era, igualmente, evidente e nem as limitações de locomoção que alguns apresentavam foi impeditivo de participarem e de alcançarem bons resultados para as suas equipas.

“Isto é muito bom porque as pessoas praticam exercício físico, saem das suas terras e vêm aqui conviver com outras pessoas”, começou por sublinhar a campeã olímpica Rosa Mota, convidada para a entrega de prémios, acrescentando: “Penso que a parte desportiva, a parte social e até a turística são vertentes muito saudáveis para estes grupos de pessoas. O importante, e tive oportunidade de comprovar isso, é que as pessoas estão contentes, felizes e divertidas”.

Rosa Mota, que teve a companhia do também atleta olímpico Armando Aldegalega na entrega de prémios, considera a iniciativa “importante pela nossa saúde”, deixando um lamento: “Pena é os jovens não se aperceberem o quão importante é o exercício físico. As pessoas mais velhas fazem e sabem o bem que lhes faz. Tento



promover o desporto pelo bem da nossa saúde, tal como eu própria também faço, pela minha saúde e pelo prazer de praticar desporto, e isso é que é importante. Há alguns que têm dificuldades, mas estão cá, porque sabem que é importante para terem qualidade de vida”.

Uma vez mais o pavilhão do Grupo Recreativo e Cultural de Telhadela foi o palco das Olimpíadas Seniores, iniciativa que, em formato de competição, replica os Jogos Olímpicos.

Houve algumas novidades nas provas, com a introdução dos jogos «arco nos pinos» e «taco-a-taco», e sentiu-se um enorme espírito competitivo.

A animação foi constante ao longo de todo o dia, com a realização das diversas provas, o convívio entre os idosos e ainda com a participação da Tuna da Universidade Sénior de Oliveira de Azeméis.

O melhor prémio este guardado para o fim e foi para a instituição anfitriã. António Loureiro, presidente da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, presenteou o presidente da Cediara, Albino Silva, com o projeto, elaborado pelos técnicos da autarquia, e a garantia de, pelo menos, 35% do financiamento do novo equipamento a construir pela instituição, algo que já aspira há algum tempo.



“É uma unidade de recuperação neuropsiquiátrica que pretende apoiar as respostas que já temos e ainda apoiar nas áreas da saúde em termos de reabilitação, com vários projetos inovadores”, explicou Susana Henriques, sublinhando: “É uma resposta piloto e vai dar continuidade aos projetos piloto que a Cediara já tem no âmbito da reabilitação neurológica”.

A fechar, Susana Henriques lamentou apenas que, por limitações de espaço, “este ano a Cediara teve que recusar algumas instituições”.

Para o ano está já prometida a sexta edição de uma iniciativa que ganha cada vez mais adeptos entre as instituições que cuidam de idosos e apostam na promoção do envelhecimento ativo.

VENCEDORES

Arco nos Pinos

- 1º Lugar – Casa do Povo da Abrunheira
- 2ª Lugar – Santa Casa da Misericórdia da Lousã
- 3ª Lugar – Solar das Camélias

Percurso de Obstáculos

- 1º Lugar – Santa Casa da Misericórdia de Azinhaga
- 2º Lugar – Município de Vila Nova de Cerveira
- 3º Lugar – Associação para o Desenvolvimento da Figueira

Bola ao Poste

- 1º Lugar – Santa casa da Misericórdia de Azinhaga
- 2º Lugar – Cediara
- 3º Lugar – Centro Paroquial de Solidariedade Social de Febres

Taco a Taco

- 1º Lugar – Centro Social Paroquial Maria da Glória
- 2º Lugar – Centro de Apoio Social, Cultural e Recreativo “O Mágico”
- 3º Lugar – Santa Casa da Misericórdia de Penafiel

Curling Adaptado

- 1º Lugar – Câmara Municipal de Valongo
- 2º Lugar – Município de Vila Nova de Cerveira
- 3º Lugar – Centro Social Paroquial São Pedro de Maceda

Minigolfe

- 1º Lugar – Centro Social Paroquial de Vilar de Andorinho
- 2º Lugar – Centro Paroquial de Solidariedade Social de Ançã
- 3º Lugar – ACAIS – Associação do Centro de Apoio Aos Idosos Sanjoanenses

O Livro Branco sobre o Futuro da Europa

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



A Comissão Europeia publicou um Livro Branco sobre o Futuro da Europa. Felizmente que, ao contrário do documento chamado dos 5 Presidentes, publicado em meados de 2015 e que ainda navegava nas águas turvas de “mais Europa”, o Livro Branco aceita que devemos pôr tudo em causa e debater mesmo os cenários mais radicais.

Infelizmente foi necessário o Brexit e o ascenso dos populismos, para que os cabeças-duras de Bruxelas percebessem que já não é mais possível a uma qualquer vanguarda voluntarista (por mais bem-intencionada que seja) empurrar o processo de integração ignorando o sentimento popular.

As causas da desilusão com a integração europeia são variadas. Algumas nem sequer são especificamente europeias. A distribuição assimétrica dos benefícios da globalização (aumento da desigualdade) e o fim do mito da mobilidade social ascendente (desigualdade incurável), ajudaram a eleger Donald Trump nos Estados Unidos tal como ajudam a engordar o pecúlio eleitoral de Geert Wilders, Marine Le Pen ou Beppe Grillo.

Contudo, existem fundamentos especificamente europeus. E o menor deles não é, com certeza, a percebida ineficácia das instituições europeias - o atual arranjo das instituições europeias simplesmente não funciona.

Ainda há pouco tempo o governo polaco, por meras razões de política partidária interna, tentou bloquear a recondução de Donald Tusk - cidadão polaco de uma linha política diversa da que está atualmente no poder na Polónia - como Presidente do Conselho Europeu, a qual não colocava objeções aos restantes estados membros.

Consta que foi necessário alguém lembrar à Polónia que é, por acaso, o maior recebedor de fundos europeus e não lhe fica bem, por motivos mesquinhos de baixa política caseira, prejudicar o bom funcionamento da União.

O tamanho do cheque terá convencido a Primeira-Ministra polaca a assentir na recondução do seu compatriota não sem antes resmungar que o dinheiro não compra tudo embora, pelo seu comportamento, pareça comprar muita coisa. Estamos todos cansados disto!

Depois há situações que são especificamente nacionais. Países como a França, que têm

uma grande comunidade migrante de integração problemática, são tentados por soluções de controlo de fronteiras que são incompatíveis com as regras europeias.

Mas, porventura, o caso mais complicado é a Itália.

A Itália pode não ter um problema de imigração com a dimensão e complexidade da França, da Bélgica ou da Alemanha. Mas está na linha da frente do drama dos imigrantes ilegais que tentam chegar à Europa nos frágeis barcos que partem das costas da Líbia. É a Itália que chegam (quando chegam) esses imigrantes e é Itália que tem de lidar com o seu acolhimento.

Mas o pior de tudo para os italianos é que vivem numa economia que praticamente estagnou nos últimos 20 anos.

Fonte: FMI WEO

O PIB italiano é hoje pouco maior que no início do milénio e o PIB per-capita é mesmo inferior ao desse período. Grosseiramente podemos dizer que os italianos estão hoje em média mais “pobres” do que na viragem do milénio.

É difícil não reparar na coincidência entre o início deste período de estagnação e a introdução do euro.

Não devemos por isso espantarmo-nos se os italianos são atualmente dos mais céticos em relação à moeda única. A diferença entre os apoiantes e os detratores ainda é positiva mas por uma margem muito pequena. Por outro lado, o movimento 5 estrelas, que está em primeiro lugar nas sondagens para uma eventual consulta legislativa, tem no seu programa um referendo sobre a manutenção da Itália na UEM. A Liga Norte e mais recentemente a Força Itália (de Silvio Berlusconi) também apoiam o referendo.

Em França, embora Marine Le Pen não pareça ter hipótese de vencer na segunda volta das eleições presidenciais, a ameaça de uma consulta popular sobre a permanência da França no euro não pode ser descartada. De qualquer forma o apoio dos franceses ao euro está em mínimos históricos. Na Holanda respirámos de alívio com a derrota da extrema-direita mas não podemos esquecer que, apesar de tudo, os extremistas de direita são já um dos maiores partidos em termos eleitorais. Na Alemanha os Alternativos estão a crescer embora não pareçam, para já, uma ameaça séria.

Depois do Brexit e no meio deste ambiente de claro descrédito em relação às instituições europeias, seria ridículo voltarem a propor-nos como remédio “mais Europa” tal como a conhecemos. Seria como duplicar a dose de um medicamento com o qual o paciente se está a dar mal!

O livro branco sobre a integração europeia da autoria da Comissão, que está disponível para debate público, parece resistir à tendência das elites europeias para a fuga para a frente.

O documento propõe 5 cenários hipotéticos que vão desde regredir para um simples mercado único até formatos de aprofundamento da integração.

Creio que a disponibilidade para colocar e debater cenários radicais não é seguramente o menor dos méritos do documento. Na situação a que chegámos não podemos dar-nos ao luxo de excluir nada.

Sou de opinião que o mal estrutural (porventura insanável) do projeto do euro foi justamente encomendar um fato que devia servir a todos quando na verdade não servia a ninguém.

Seria dramático não reconhecer este erro e reproduzi-lo!

Não é possível uma União Europeia com uma arquitetura institucional única e que sirva para todos. Há países preparados para uma integração mais forte outros nem por isso. Nalguns casos pesa a economia (alguns dos países do euro não estavam preparados para uma integração monetária e cambial), noutros pesa um sentido de exclusivismo nacionalista que impede a alienação de parcelas de soberania - o caso mais evidente é o do Reino Unido.

O projeto do euro poderia não ter sido um fracasso se estivesse limitado a um núcleo duro de 5 ou 6 países aos quais outros se poderiam ir juntando à medida que ganhassem músculo económico e financeiro para tanto.

Para alguns países, porventura, o limite de integração é mesmo a participação numa simples união aduaneira, para outros pode comportar níveis elevados de integração económica e política.

As metáforas para isto podem variar: “europa a várias velocidades”, “europa à la carte”, etc. Contudo, embora possamos não gostar das metáforas, acredito que a União Europeia, como existe hoje, e se não for capaz de oferecer geometrias variáveis, não resistirá muito mais tempo.

O Brexit foi um sinal claro de que existem limites. Há fronteiras para a cedência de soberania que alguns povos não querem ultrapassar mesmo sob a ameaça de custos económicos significativos.

Podemos pensar que os cidadãos do Reino Unido votaram Brexit enganados, sem consciência da totalidade das consequências do seu voto. Talvez! A campanha do referendo foi tudo menos transparente. Os “Brexiters” mentiram com quantos dentes tinham e os “Remainers” agitaram todos os espantalhos que puderam. Contudo os Brexiters, ao ganharem, podem, sem querer, ter salvo a União Europeia.



40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

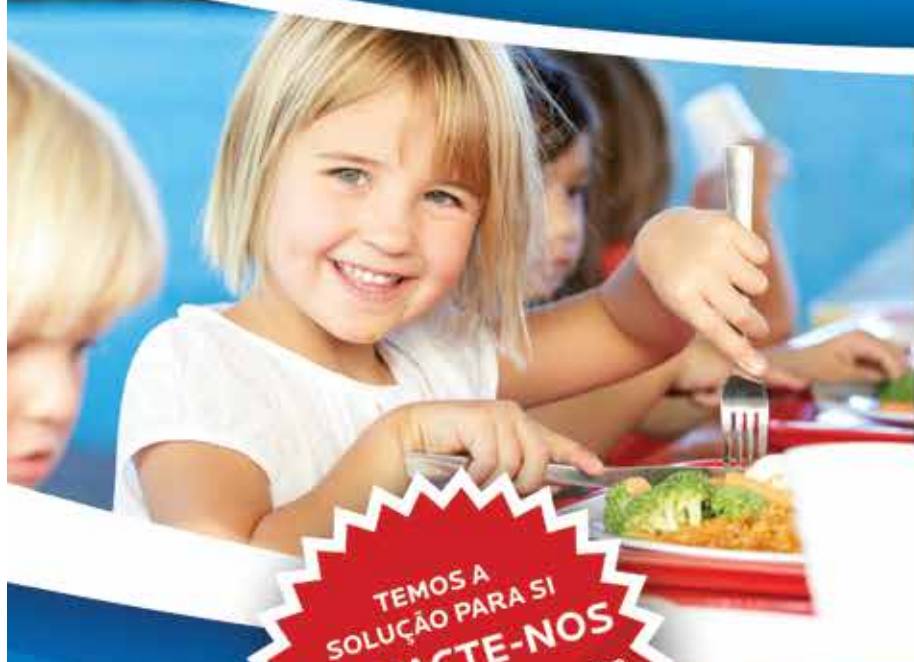
Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

www.sogenave.pt





A caminho de Fátima

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** Pedro Vasco Oliveira **Redacção:** Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

9.º SEMINÁRIO FUNDRAISING

Saber pedir é essencial no sucesso da angariação de fundos

A Fundação Calouste Gulbenkian acolheu, no passado dia 21 de abril, o 9.º Seminário Fundraising Call to Action, iniciativa que se saldou por mais um êxito, como referiu, ao SOLIDARIEDADE, uma das organizadoras.

“No fim deste dia, mais do que tudo, estou muito orgulhosa”, começou por dizer Madalena da Cunha, uma das três «mosqueteiras» da Call to Action, explicando porquê: “Foi um evento em que se viu, desde o início do dia, que as pessoas estavam muito satisfeitas, valorizaram muito todos os temas que partilhámos e valorizaram imensíssimo os oradores. E sabemos que um seminário destes vale pelos oradores que tem e muitas vezes não é fácil chegarmos aos melhores”.

Entre os oradores convidados, a estrela maior da nona edição foi Simone Joyaux, que evidenciou um dom especial para cativar e agarrar a atenção da plateia. Nas três intervenções que teve ao longo do dia de trabalho, a keynote speaker do seminário foi, para além de bastante substancial nos conteúdos que apresentou, um exemplo vivo de entusiasmo ao falar de angariação de fundos, algo que contagiou os participantes.

Ao longo do dia e dos diversos painéis, os presentes não só recolheram informação preciosa de como abordar o fundraising e a sua implementação, como ainda tomaram contacto com alguns casos concretos partilhados por quem os pôs em prática.

Nada como o exemplo para melhor se perceber uma prática. E neste particular destaque para os casos apresentados pela Associação Salvador e pelo Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA): o primeiro, numa perspetiva mais digital, intitulado «Fundraising Online: o efeito multiplicador da era digital» e, o segundo, sobre a experiência pioneira em Portugal que foi a aquisição pelo MNAA de um quadro através da venda na internet de pixéis da própria pintura de Domingos Sequeira («Vamos pôr o Sequeira no lugar dele»).

Entre as muitas ideias passadas à plateia – nesta edição menos numerosa do que em 2016 –, Ben Swart, responsável por novas angariações de empresas da NSPCC (National Society for the Prevention of Cruelty to Children), sublinhou a importância de identificar muito bem os alvos para que a angariação seja eficaz e não se ande a perder tempo com destinatários errados.

Nesse sentido, para Ben Swart é necessário estar atento a três situações: “Encontrar uma ligação com a empresa, ter persistência, paciência e charme na abordagem; ter uma missão/projeto e usar especialistas; e na instituição ter quem se torne um especialista em fundraising, que saiba ouvir e contar histórias”.

O dia de trabalho na Gulbenkian foi repleto de dicas para se angariar novos doadores e, mais importante, para fidelizá-los, encerrando o seminário com nova alocução de Simone Joyaux sobre o ato de pedir.

Para a especialista em fundraising, há quatro regras que todos devem seguir: “Identificar aqueles que estão interessados na causa/projeto; conhecê-los melhor para saber se realmente

estão interessados; se sim, pedir; se não deixá-los em paz”.

Aliás, “não massacrar o doador é muito importante, mas deve insistir-se, usando sensibilidade e bom senso”, para além de que “não se pede sem se ter a certeza que o doador está pronto para o pedido”, sustentou Simone Joyaux.

No final, Madalena da Cunha estava mais convicta ainda que o 9.º Seminário da Call to Action foi de grande utilidade para os presentes: “Senti também que o fundraising é um tema de enorme relevância, que fora de Portugal tem estado a desenvolver-se imenso e nós, portugueses, temos um enorme potencial para crescer. Não tenho dúvida que Portugal tem muitos doadores, pessoas que querem apoiar causas e, por isso, só temos que ir... pedir”.



Óptima limpeza e higiene perfeita
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135
4425-651 Pedrouços · Maia
934 091 417 · info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL